

A IDEOLOGIA DA GLOBALIZAÇÃO NA POLÍTICA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA

ROBERTO LEHER¹

RESUMO

O estudo propõe que a globalização não é um conceito científico, mas sim uma ideologia resultante da crise estrutural do capitalismo. A sua difusão deve-se em grande parte ao Banco Mundial que impõe as suas premissas por meio do ajuste estrutural. Os argumentos que tentam justificá-la como conceito são negados. O capitalismo engendra a polarização entre os países centrais e os periféricos, um processo que cinde o trabalho mundial. Assim, nas periferias, a formação profissional é esvaziada em suas bases científicas.

ABSTRACT

This study proposes that globalization is not a scientific concept but is an ideology that results from capitalism structural crisis. The World Bank is responsible, most of the time, for its broadcasting, imposing premises by structural adjustment. The arguments that tries to justify globalization as a concept are denied. The capitalism produces polarization between central and peripheral countries, a process that divides world labor. Therefore, on peripheral countries, vocational education has its scientific basis losing significance.

INTRODUÇÃO

O motivo que orienta a reforma do sistema educacional brasileiro e, mais especificamente, do ensino profissionalizante é a chamada globalização. A adequação da educação aos seus imperativos é defendida em nome do futuro, do progresso e da prosperidade. Embora o atrelamento da educação à lógica empresarial tenha muitos críticos, a noção mesma de globalização, que, afinal, é o *leitmotiv* das reformas, freqüentemente tem sido aceita como um fato que, positivo ou negativo, tem que ser aceito como um dado da realidade. Essa compreensão permite evidenciar estranhas convergências. Tanto os pontos de vista apologéticos ao capitalismo quanto os de seus presumíveis críticos, como os da sociologia e os da economia do trabalho, adotam a noção de que a globalização é um fato.

Este aparente consenso está repercutindo nas análises dos partidos de esquerda e dos sindicatos, com conseqüências negativas para a organização política das classes trabalhadoras, não apenas nos sindicatos da Força Sindical, a central sindical mais próxima aos empresários, como também na Central Única dos Trabalhadores (CUT), a principal central da esquerda sindical brasileira. A crítica ao *pensamento único* é imediatamente desqualificada como incapaz de apreender o sentido da história. A perspectiva apologética acusa os críticos de tentar bloquear a arrancada do país para o futuro grandioso que o aguarda; a ótica das tendências de esquerda que abraçam a noção de globalização acusa os críticos de irrealismo, de apego ao passado e de imobilismo diante dos desafios impostos ao mundo do trabalho pela *globalização*.

A análise dominante entre os *managers*, entre muitos estudiosos do trabalho, entre significativas organizações sindicais e entre representantes governamentais, situa o desemprego como que decorrente do descompasso entre as inovações tecnológicas “requeridas pela *globalização*” e a qualificação do trabalhador, tida como inadequada para o “capitalismo intelectual” (STEWART, 1998; FUKUYAMA, *apud.* ANDERSON, 1992). Nesta ótica, a alternativa possível é o

¹ Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UFRJ

desenvolvimento de *competências* para a *empregabilidade* por meio da qualificação e requalificação dos trabalhadores. Este ângulo reforça a ideologia da globalização, ofusca o problema real da crise estrutural do modo de produção capitalista (DUMÉNIL & LÉVY, 1996) e de seu desenvolvimento desigual (AMIN, 1996), deslocando o debate educacional para o escopo do capital humano (FRIGOTTO, 1995).

Alternativamente, este estudo argumenta que é no bojo da crise estrutural do capitalismo, advinda da aceleração da redução das taxas de lucro (DUMÉNIL & LÉVY, 1996), que a ideologia da globalização é construída com o preciso fim de ocultar a crise, buscar medidas corretivas e operar as contradições que se expressam em todas as regiões do mundo. O processo de mundialização do capital, ao invés de unificar as nações, como quer o discurso apologético, engendra a polarização entre o centro e as periferias (AMIN, 1996). Ademais, o exame das políticas prevaletentes nos países da OCDE e do G-7 indica que a sustentação empírica que está subjacente à noção de globalização é fraca e imprecisa. Estes aspectos serão vistos com mais detalhes adiante.

GLOBALIZAÇÃO: UM NOVO MARCADOR TEMPORAL PARA ECLIPSAR O RETORNO À BARBÁRIE DO CAPITAL

A afirmação de que a “globalização” é um processo unificador e virtuoso é considerada aqui como uma ideologia produzida no contexto da *crise estrutural* (DUMÉNIL & LÉVY, 1996) e não como um conceito científico (LIMOEIRO CARDOSO, 1997). As datações encaminhadas pelos “senhores do mundo” (OCDE, G-7, OMC, OTAN, Banco Mundial e FMI) têm o propósito de encobrir a polarização que continuará a ser produzida entre os países centrais e o restante do capitalismo mundial (as periferias) (AMIN, 1996; HIRST & THOMPSON, 1998; ARRIGHI, 1998).

A globalização é sempre evocada porque é a ideologia mais abrangente para justificar a *inevitabilidade* das reformas estruturais de

feição neoliberal. Em seu último ato de campanha em 30 de setembro de 1998, Fernando Henrique Cardoso afirmou enfaticamente: "*Sim à globalização, não à marginalização*". Dois anos antes, em discurso na Índia, afirmara que os países que não querem ficar excluídos do fluxo hegemônico do tempo terão que promover as reformas estruturais requeridas pelo mundo "globalizado":

"O mundo pode ser dividido entre os países que participam do processo de globalização e usufruem os seus frutos e aqueles que não participam. Os primeiros estão geralmente associados à idéia de progresso, riqueza, melhores condições de vida; os demais, à exclusão, à marginalização e à miséria." (CARDOSO, 1996)

No caso dos países latino-americanos, não há como dissociar a ideologia da globalização das políticas de *ajuste estrutural* encaminhadas pelo Banco Mundial. O *ajuste estrutural* é feito justamente em nome da *globalização* que, conforme o discurso dominante, justificará os sacrifícios do presente. De fato, as proposições do Banco Mundial são muito representativas do pensamento sistematizado como o *Consenso de Washington* (DEZALAY & GARTH, 1998). Como sustenta o Presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn (*Board of Governors*, 1995), as transformações das políticas econômicas em curso nos países "subdesenvolvidos" configuram uma nova "era", a "era do mercado" ou a "globalização". Ao situar o contexto recente em que o Banco está operando, WOLFENSOHN disse:

"estamos operando num contexto muito diferente de dez ou mesmo cinco anos atrás. O pós-Guerra Fria assinala o momento de maior mudança na história: país após país tem se movido para a economia orientada pelo mercado acelerando a integração global".

Na análise desta instituição, após a *débâcle* do chamado socialismo real, não existe nenhuma alternativa econômico-política à "globalização". Com efeito, os colapsos da URSS e do Leste Europeu, conjugados com a liberalização das relações econômicas, caracterizam,

na avaliação dos teóricos do Banco, uma outra modalidade de capitalismo, baseado na livre circulação de mercadorias e de capital, menos cindido em classes (o fundamental não é mais o pertencimento às classes proprietárias, mas o capital intelectual) e, por conseguinte, mais democrático. Esta tendência é exemplificada, na América Latina, pelo fim do período das ditaduras militares e pela instauração da *democracia de livre mercado*, por meio das reformas estruturais. Em outros termos, o período atual expressaria um momento em que a estratégia de reprodução do capital, na variável relação entre força e consenso, estaria, por agora, menos assentada na dominação externa aberta e direta, como no período da *Aliança para o Progresso*, e mais na dominação econômica e ideológica.

A caracterização da “era do mercado” pelo Banco Mundial é exemplar: advoga uma “nova época de oportunidades” para a humanidade, cujos traços principais são a “liberalização dos mercados”, a “desregulamentação”, a “privatização”, o “equilíbrio/ auto-regulação” e o fim ou enfraquecimento dos Estados Nacionais. A nova retórica da globalização se concentra em um alvo principal: o Estado Social, culpado de regulamentar, de desperdiçar e de conceder recursos de maneira irracional (RIST, 1996).

O marcador temporal adotado tanto pelos adeptos da ideologia neoliberal (especialmente os sequazes da *sociedade do conhecimento* ou do *capitalismo intelectual*) quanto por seus críticos, partidários da tese da *revolução científico-tecnológica* (e do *fim da sociedade do trabalho*), é a crise econômica dos anos 1970 que teria feito emergir uma nova “era”, a “globalização”. O excerto a seguir ilustra este ponto de vista:

“As mudanças que nos rodeiam não são fenômenos passageiros mas o produto de forças poderosas e ingovernáveis: a globalização, que tem aberto imensos mercados novos com seu corolário inexorável, uma enorme quantidade de competidores novos; a difusão da tecnologia da informação e o crescimento desordenado das redes informáticas (...)” (STEWART, 1998: 33).

Esboçados os termos gerais que motivam a ideologia da globalização, esta seção passa a analisar os argumentos que,

pretensamente, poderiam justificar o novo marcador temporal. Nesta perspectiva, o estudo indaga:

(1) se a estrutura do tempo mudou realmente devido à organização informática de vastos setores da economia (caracterizando a revolução científico-tecnológica e o fim da sociedade do trabalho) e pelo fato de que o capitalismo ampliou o fluxo de capitais e de comércio a novas regiões como o Leste Asiático (o que comprovaria a tese de que os países periféricos podem ter um futuro promissor);

(2) se está ocorrendo um processo convergente entre as diversas nações do Planeta indicando a formação de um grande mercado mundial aberto; e

(3) se, de fato, estão acontecendo mudanças na natureza e no caráter do MPC tornando-o descontínuo em relação ao capitalismo maduro.

As questões são claramente interligadas, porém certos aspectos demandam uma discussão mais aprofundada, como a tese da *revolução científico-tecnológica* e o desenvolvimento do Leste Asiático (1), a tese da polarização entre o centro e as periferias (2) e a pretensa sustentação empírica presente na tese da globalização (3).

(1) No cerne da noção de “globalização”, é possível encontrar as seguintes crenças: a) as transformações científicas e tecnológico-organizacionais alteraram profundamente a natureza e o caráter do capitalismo; e b) a antiga contradição entre os possuidores do capital e os que somente dispõem de sua força de trabalho foi atenuada pela cisão (“perfeitamente superável”) entre os que têm *conhecimento* e os que *não o têm*. Assim, quando Fukuyama apresentou a sua famosa tese do fim da história, muitos críticos o questionaram sobre o que ele tinha a dizer do desemprego e da pobreza existentes nos países industrializados. Ele respondeu afirmando que a pobreza e o desemprego têm suas causas mais em **desvantagens culturais** do que nas **forças de mercado** (ANDERSON, 1996). Nestes termos, a educação é tida como o elemento estratégico para a realização das promessas da *democracia liberal*.

Parte significativa da *economia* e da *sociologia do trabalho* e da área *trabalho-educação* aceita a premissa de que as transformações no mundo do trabalho das duas últimas décadas conformam um novo “paradigma tecnológico” (DOSI, 1982). Um dos trabalhos pioneiros — e mais importantes — sobre a *revolução científico-tecnológica* foi

“Economia Socialista e Revolução Tecnológica”, de Rodovan Richta e colaboradores (1972). Nesta obra, os autores tchecos e eslovacos propõem que “a revolução no campo da produção, as inovações técnicas e as descobertas científicas assinalam o início de um processo que está provocando transformações radicais na estrutura das forças produtivas e na base material da vida humana” (ibid.,p.11-17, passim, grifos: RL). Diferente da Revolução Industrial, os instrumentos de trabalho assumem função que os eleva à condição de complexo produtivo autônomo. A revolução científica e tecnológica é tida como uma transformação universal de todas as forças produtivas que altera de maneira radical o *status* do homem. A ciência é elevada à condição de força produtiva decisiva que, se ainda permanece confinada aos países industrialmente mais adiantados, está destinada a ser, desde a sua origem, um progresso mundial e, em última análise, só pode avançar em escala mundial. No contexto da automação, ainda segundo Richta e colaboradores, o homem assume um papel novo no mundo das forças produtivas, requerendo a expansão do ensino superior, em contraste com o ensino básico de conteúdo limitado (ler, escrever e contar) característico da Revolução Industrial (ibid.,p.126).

Estes excertos traçam um mapa geral das principais idéias contidas na tese da *revolução científico-tecnológica*. É importante notar que os mencionados autores estão empenhados na construção de um socialismo “humanista”, porém a semelhança de suas teses com alguns dos dogmas da globalização (por exemplo: o economicismo, o evolucionismo, a reificação da ciência e da tecnologia e o *status* conferido à educação) é desconcertante.

É inegável que a redução da taxa de lucro verificada a partir da década de 1960 e, de modo mais acentuado, nos anos 1970, produziu acentuadas mudanças no conjunto do processo de produção, não se restringindo a mudanças técnicas. Entretanto, como assinalam DUMÉNIL e LÉVY (1996), nada indica, *a priori*, que tais mudanças produzirão os efeitos esperados. Afinal, está em curso acentuada mudança na própria orientação da técnica. Ao invés da *pesquisa e desenvolvimento* buscar novos produtos, o objetivo atualmente é produzir ganhos em rentabilidade. Assim, a concorrência de fato estimula a inovação, mas nada garante que estas inovações irão resolver os problemas estruturais do capitalismo.

Em suma, apesar de divergirem em vários aspectos, as teses² que compartilham a crença de que neste novo escopo o **fordismo-taylorismo não teria mais lugar** têm pontos em comum como a ênfase no processo de trabalho, nas inovações científico-tecnológicas e organizacionais, no caráter decisivo da educação, na forma de caracterização do período pós-Segunda Guerra, no abandono da análise do desenvolvimento desigual do capitalismo etc., que as motivam a operar uma noção de tempo semelhante. Entretanto, dificilmente tais mudanças poderiam justificar uma nova periodização. São antes noções imprecisas, frágeis e sujeitas a refutação.

Quanto ao crescimento econômico do Leste Asiático, a suposta prova de que o capitalismo pode atender às necessidades dos países periféricos, conforme Fukuyama, deve ser examinada com cautela. HIRST e THOMPSON (op.cit.), após cuidadosa análise do desenvolvimento desses países, inclusive da fragilidade das bases econômicas em que está assentado o “milagre asiático”, observam:

“Mas os bem-sucedidos novos países industrializados asiáticos prosperaram porque não seguiram a rota para o mundo em desenvolvimento de acordo com a moderna recomendação econômica da moda, pois esta dá grande ênfase ao investimento externo direto e à abertura para o comércio exterior. Se tivessem sido seduzidos pelas políticas do *laissez-faire*, como defendidas por alguns dos entusiastas da globalização que acreditam que os mercados livres mundiais e a mobilidade do capital podem solucionar todos os problemas de desenvolvimento (...), não teriam se desenvolvido tão rapidamente ou de maneira, relativamente, tão regular como se desenvolveram.” (Hirst e Thompson, 1998:173-174)

Diferente da análise do Banco Mundial a respeito do “milagre asiático” em que os dogmas neoliberais são exaltados, especialmente a supremacia do livre mercado e a vigorosa escolarização dos

². Configurando: o pós-fordismo (Harvey, 1993), o *ohmismo* (Coriat, 1994), o fim da sociedade do trabalho (Gorz, 1980; Offe, 1989), a sociedade pós-industrial (Alain Touraine), o *novo modelo de produção* (Kern & Schumann, 1989), a sociedade do conhecimento (Drucker, sd) e o capitalismo intelectual (Stewart, 1998).

trabalhadores, Hirst e Thompson (ibid.) enfatizam o papel crucial dos governos desses países em planejar um crescimento do investimento. Todos esses novos países industrializados asiáticos beneficiaram-se do investimento público para aperfeiçoar radicalmente os recursos humanos, com o apoio do Estado às altas taxas de poupança e ao investimento de capital, a partir das políticas estatais ativas, nos casos da Coreia do Sul e de Taiwan, e, na maior parte dos casos, a partir de um protecionismo para apoiar as indústrias em desenvolvimento e a reserva de mercado interno para elas. Em suma, estes autores assinalam que mesmo adotando uma perspectiva otimista, “não se deveria ignorar as razões específicas para o êxito dos tigres, nem simplesmente extrapolar este êxito para o resto do mundo em desenvolvimento” (ibid., p.176).

(2) O capitalismo é um sistema mundial, mas não tende à unificação. Todas as partes integradas neste sistema o são pelo viés de sua participação em uma divisão internacional do trabalho regida por uma lei do valor mundializada (AMIN, 1996:70). No entanto, a lei do valor mundializada engendra, necessariamente, a **polarização**, expressão da pauperização associada à acumulação em escala mundial, um fenômeno novo, sem precedentes na história pré-capitalista. De acordo com a análise de AMIN (ibid.), nos países centrais, o modo de produção capitalista possui um mercado integrado tridimensionalmente (mercado de mercadorias, de capital e de trabalho), enquanto nos demais (as periferias), este é exclusivamente bidimensional em sua expansão, integrando progressivamente a troca de mercadoria e a circulação do capital, excluindo a força de trabalho, cujo mercado de trabalho permanece bloqueado (as restrições à imigração tornam-se cada vez mais severas), gerando exclusão planetária³. De fato, como notam Hirst e

³ O Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano do PNUD mostra o formidável hiato que separa os mais ricos dos mais pobres: os 20% mais ricos que vivem nos países mais ricos são responsáveis por 86 % do consumo privado total, contra 1,3% dos 20% mais pobres. Em 1960, os 20% mais ricos que viviam nos países mais ricos tinham renda 30 vezes superior àquela dos 20% mais pobres; em 1995, sua renda era 82 vezes superior. A fortuna das 3 pessoas mais ricas do mundo ultrapassa o PIB acumulado dos 48 países em desenvolvimento mais pobres. As 84 mais ricas ultrapassam o PIB da China com seu 1,2 bilhão de habitantes. Três bilhões de pessoas vivem com menos de US\$ 2/dia. Entre os 4,4 bilhões de habitantes que vivem nos países em desenvolvimento, 1/5 deixa a escola antes de completar 5 anos de escolaridade. Pela primeira vez, o Relatório do PNUD utiliza

Thompson (1998:25), em relação ao sistema pré-1914, “a liberdade de migração do trabalhador foi drasticamente cortada”.

Deste modo, nos países periféricos estão sendo encaminhadas reformas trabalhistas que servem de argamassa para erigir as muralhas que cindem o mercado de trabalho planetário, opondo centro e periferias. Conforme será discutido adiante, estas barreiras definem um *apartheid* educacional planetário.

Também aqui os organismos internacionais têm importante função. O FMI, ao aprovar o “pacote brasileiro” do final de 1998 envolvendo a significativa soma de US\$ 41,5 bilhões, impôs como uma das condições *sine qua non* a profunda mudança na legislação do trabalho. Com o propósito de cumprir esta exigência, o governo brasileiro incluiu no Programa de Estabilização Fiscal a reforma da justiça do trabalho e da organização sindical, por intermédio do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) n^o 623/98. Estas medidas se somam a diversas outras que *flexibilizam* os direitos do trabalhador, em favor dos empregadores. Entre as principais medidas adotadas é possível listar os contratos temporários desprovidos de vários direitos fundamentais (Lei 9601/98), a recusa em cumprir a Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho que protege os trabalhadores de demissões arbitrárias, a suspensão temporária do contrato de trabalho, liberando os patrões dos depósitos do FGTS e das demais obrigações, como o recolhimento previdenciário, impedindo a contagem do tempo de serviço para a aposentadoria durante a período em que o trabalhador está afastado etc. Ademais, os custos da dispensa temporária são deslocados para o Estado, pois são feitos com verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador — um fundo constituído por verbas do PIS e do PASEP, recolhimentos legalmente constituídos para pagar o seguro-desemprego e o abono do PIS.

A despeito de toda *flexibilização*, o desemprego e a *precarização* do trabalho não param de crescer. Metade dos empregados assalariados não possui carteira assinada e aproximadamente 40% daqueles que são protegidos pela CLT são demitidos a cada ano. Estudo do IBGE atesta

um novo indicador (IPH-2) para avaliar a pobreza nos países desenvolvidos, assegurando que entre 7% e 17% vivem na pobreza. O Relatório atesta também que cerca de 100 países regrediram seriamente em sua situação econômica e social nos últimos 30 anos.

que em 1998 a taxa de desemprego aberta deverá bater um recorde anual, ao alcançar a média de 7,5% da População Economicamente Ativa (PEA), superando a taxa de desemprego do período da *Crise da Dívida de 1982*: 7,12% (1984).

Concomitantemente ao desemprego e à *precarização*, o valor do salário vem despencando em toda a América Latina, empurrando milhões de pessoas para baixo da linha da pobreza. Estudo da Universidade Autônoma do México (Unam) registra que o atual salário mínimo do país compra apenas 14% do que comprava em 1976. A mesma pesquisa mostra que, se em 1987 era possível adquirir a cesta básica semanal com oito horas semanais de trabalho, hoje é preciso trabalhar 34 horas por semana para comprar os mesmos produtos. É necessário destacar que 30% da PEA do México recebem um salário mínimo (equivalente a US\$ 3,00/ dia). Outros 35% das pessoas empregadas recebem entre 2 e 3 salários mínimos (Gazeta Mercantil, 24/11/98).

Este trabalho deslocado do mercado de trabalho dos países centrais é condizente com a *tese das vantagens comparativas* e demanda pouca qualificação. Como será visto adiante, movidos por esta constatação, os organismos internacionais conformam a formação profissional a este quadro, excluindo todo o suporte para a educação de caráter tecnológico e para a produção de conhecimento novo nas universidades.

(3) Propor a globalização como ideologia não significa afirmar que ela é apenas um falseamento da realidade, algo irreal, mas que as transformações do regime de acumulação em curso não possuem as características que geralmente lhes são imputadas. Os seus pressupostos, embora elevados à condição de dogmas, são pouco ou nada praticados pelos países da OCDE e, mais especificamente, do G-7. Se os relatórios do FMI e da OCDE forem devidamente examinados, será possível ver que estamos diante de uma grande e, em certo sentido, genial farsa.

Com o triunfo mundial do neoliberalismo, a participação do Estado nos países da OCDE não encolheu como seria de se esperar. Ao contrário, na maioria dos casos, aumentou, conforme observou BATISTA Jr. (1997). O Estado prossegue possuindo importância capital como agente de financiamento e o comércio mundial é regulado por uma série de normas e taxas que o tornam o antípoda do livre comércio. O Comércio exterior, conforme Robert Wade (1996, apud BATISTA Jr., op.cit.,p.366), tem sido feito com menor barreira comercial nos países do

Sul, mas os países do Norte, ao contrário, têm aumentado as barreiras comerciais. Das 24 economias da OCDE, apenas quatro (Japão, Austrália, Nova Zelândia e Turquia) reduziram as suas barreiras ao longo dos anos 80. As demais têm estabelecido novas barreiras por meio de quotas, restrições comerciais, barreiras sanitárias e medidas *antidumping*. De 1989 a 1994, o número destas duas últimas duplicou. Ao mesmo tempo, os países desenvolvidos reforçaram o seu próprio *dumping*: em 1995, US\$ 182 bilhões - metade do valor de tudo o que colheram - foram destinados a subsídios para a agricultura (FSP, 2/11/97), inviabilizando grande parte das exportações dos países *em desenvolvimento*.

Exemplo recente de como o comércio mundial não é aberto é a constituição do Mercosul. O Banco Mundial tem atacado duramente a formação deste bloco econômico, ainda que os dois países dominantes do bloco (Brasil e Argentina) sejam destacados seguidores da ortodoxia do Banco Mundial e que, desde o início da presente década, tenham reduzido as alíquotas de importação de grande parte das mercadorias, bens e serviços. Mesmo assim o Banco critica o que considera protecionismo e exaltação da ineficiência das indústrias da região. Uma matéria de Guy de Jonquières, no *Financial Times* (24/10/96), registra que o principal economista da divisão de comércio internacional do Banco Mundial, Alexander Yeats, considera que o Mercosul está distorcendo seriamente os fluxos de comércio internacional.

Atualmente, a configuração do processo de expansão do capital, moldada pela *globalização*, é feita sob medida para preservar os interesses do capital às custas dos direitos do trabalho. Neste sentido, a chamada "globalização" é uma ideologia exacerbadamente reacionária. De fato, a afirmação de que os salários e os empregos ganhariam com a liberalização generalizada é cínica. Com a expansão do capital rentista, a situação é outra: o desemprego estrutural avança em toda parte, mesmo que sob a roupagem da terceirização e de outras modalidades de precarização do trabalho. Hobsbawm (1997: 396) registra que na Europa Ocidental a taxa de desemprego subiu, nas décadas de 60, 70 e 80, de 1,5% para 4,2% e para 9,2%, alcançando 11% em 1993. Diversos indicadores negam a tese de que o desemprego somente atinge aos desqualificados, como querem STEWART (1998) e FUKUYAMA (apud ANDERSON, 1992). As matrículas no ensino superior são

ascendentes, assim como os índices de desemprego dos jovens. A fratura social se amplia e nada indica que, a exemplo da Revolução Industrial, os excluídos de hoje serão integrados ao mercado de trabalho formal de amanhã, em uma perspectiva de melhor distribuição da renda.

Para agravar o quadro configurado pela ideologia da globalização, esta vem acompanhada pela idéia de que as economias e as fronteiras nacionais estão se dissolvendo e por isso seria um contra-senso desenvolver estratégias internas de administração econômica nacional. Assim, a idéia de construção da nação por intermédio de políticas econômicas e sociais inclusivas, capazes de alavancar o crescimento econômico, dirigidas para a criação de empregos estáveis, é um anátema para os entusiastas da globalização.

Pelo exposto, merece destaque a síntese direta e contundente feita pelo economista norte-americano John K. Galbraith. Questionado por Enio Carreto do "Il Corriere della Sera" (apud FSP, 2/11/97) se a queda da bolsa em *Wall Street* (outubro de 1997) não seria um efeito da globalização, respondeu:

"Globalização é um termo que eu não uso. Não é um conceito sério. Nós, os americanos, o inventamos para dissimular nossa política de entrada econômica nos outros países. E para tornar respeitáveis os movimentos especulativos de capital, que sempre são causas de graves problemas."

III- REFORMA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO MODALIDADE DE APARTHEID EDUCACIONAL

No quadro de polarização desenhado por AMIN (1996), a educação assume novos conteúdos e novas funções como aparelho de hegemonia. O Banco Mundial, arquiteto e artífice das reformas estruturais neoliberais, está ciente do aprofundamento da polarização a que se refere AMIN (1996) (embora, é óbvio, não a reconheça enquanto tal) e das

possíveis conseqüências desestabilizadoras da *exclusão estrutural* de vastas regiões mundiais. As tensões dos movimentos migratórios, a violência e até mesmo a ameaça do ressurgimento de governos populistas resistentes ao aniquilamento do Estado Social exacerbam a preocupação reacionária com a *governabilidade* e, dentro dela, a educação tem um lugar de destaque. De fato, as conexões segurança, pobreza e domínio/direção fornecem o substrato das reformas educacionais em curso na América Latina. Com o aprofundamento sem precedentes da polarização na década de 1990, o Banco dedica cada vez maior atenção à construção de instituições adequadas à *era do mercado* de modo a ter recursos institucionais para “manejar” as contradições do sistema. Com isto, a educação é radicalmente modificada, tornando-se cada vez menos politécnica (no sentido conferido por Marx) e cada vez mais instrumental: os conteúdos estão fortemente carregados de ideologias e o debate educacional é pautado em grande parte pelos “homens de negócios”.

A escola para os excluídos fica reduzida ao ensino fundamental empobrecido em termos de conteúdo científico, artístico e histórico-social. Os demais níveis, crescentemente privatizados, estão reservados aos setores mais prósperos da sociedade; porém, também estes estão sendo degradados por reformas curriculares que empobrecem o caráter científico do conteúdo escolar. Esta situação é agravada pelo fato de que tais modificações estarem sendo definidas em termos **institucionais**. Deste modo, a segregação social é assumida como política deliberada do Estado. Compete à educação operar as contradições da segregação, propiciando aberturas para o futuro. O pressuposto, aqui explicitado, é: todos aqueles que fizerem as escolhas educacionais corretas terão possibilidades ilimitadas. Em suma, os indivíduos (e países) que priorizarem corretamente a educação terão um futuro radioso pela frente, comprovando, deste modo, a validade das bases do sistema. O capitalismo atual é justo com aqueles que souberem se qualificar corretamente. Basta não insistir nas prioridades erradas. Não adianta gastar com o ensino superior e a pesquisa, pois, conforme a tese das *vantagens comparativas*, os países em *desenvolvimento* devem perseguir *nichos de mercado* onde seja possível vender mercadorias de baixo valor agregado. No caso de necessidade de tecnologia, esta pode ser *facilmente* comprada nos países centrais.

É no terreno dessas ideologias que a reforma no sistema de formação profissional está sendo encaminhada. A Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB Darcy Ribeiro), o Decreto n.º 2.208, de 17 de abril 1997 e a Portaria n.º 646, de 14 de maio de 1997, promovem uma profunda reforma (melhor definida como contra-reforma) nas bases legais que normatizam a formação profissional. A estes instrumentos é preciso acrescentar o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) resultante dos acordos MEC- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em comum, o conjunto dessas normatizações promove rude empobrecimento científico e humanístico do currículo, em nome de uma abstrata e populista valorização da experiência, da competência e da habilidade. Assim, as idéias republicanas de que a educação deve possuir objetivos comuns e garantir igual qualidade para todos, são simplesmente silenciadas, em favor da segmentação imposta pelo mercado.

A tese das “vantagens comparativas”, anunciada como alta ciência econômica, é coerente com o fato do Brasil ser o segundo país da América Latina (após o Haiti) que mais emprega mão-de-obra de crianças menores de 14 anos, de acordo com levantamento feito pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Estima-se que no Brasil existam cerca de 3,5 milhões de menores de 14 anos trabalhando em atividades insalubres com jornadas de trabalho superiores a 44 horas semanais, em troca de menos de meio salário mínimo (cerca de US\$ 1,5/dia). O maior contingente desse trabalho encontra-se no campo, particularmente nos canaviais de usineiros freqüentemente filiados ao Partido da Frente Liberal, o partido das oligarquias rurais que possui a supremacia política da coalização de governo vigente. Não surpreende, portanto, que um mercado de trabalho assim precarizado demande uma formação profissional nos mesmos moldes.

Os mesmos dilemas estão presentes nas demais modalidades do ensino. A política para a escola básica idealizada pelo Banco Mundial/CEPAL/MEC rompe com o que estes organismos internacionais chamam, pejorativamente, de “modelo europeu” de educação, intensivo em mão-de-obra. De acordo com estas instituições é preciso intensificar o uso da força de trabalho por meio de uma *revolução tecnológica* na escola, baseada no tripé “currículo centralizado”, “recursos tecnológicos” (TV Escola, informática) e “avaliação unificada” (BARRETO, 1997).

Com estas medidas, conforme um analista da CEPAL, é possível quebrar o monopólio do conhecimento do professor, ressignificado-o como um *monitor* capaz de encaminhar um trabalho pobre em conteúdo científico, carregado de valores e de “culturalismo” apologéticos ao capital (como o da *empregabilidade*).

Diante dessa intenção, a formação de professores terá que ser igualmente redefinida. Daí a exaltação dos “Institutos Superiores de Educação”, uma nova modalidade concebida pelo Banco Mundial e operacionalizada pela LDB. Daí também o descaso com as universidades. A formação universitária, embora passível de críticas aponta para uma direção radicalmente diferente da preconizada pelo MEC.

DISCUSSÃO GERAL

A crítica ao processo de legitimação da exclusão estrutural, presente na redefinição da formação profissional, é dificultada pela crescente adesão dos partidos de esquerda e dos sindicatos às versões renovadas da teoria do capital humano. Os problemas do desemprego e da precarização do trabalho têm sido deslocados para a qualificação do trabalhador que deve produzir as suas próprias *competências* para manter a sua *empregabilidade*. É como se a exclusão fosse decorrente de opções educativas erradas dos indivíduos. Daí a tese de que a única alternativa realista é a formação profissional ligeira e fragmentada.

A assimilação dessa formulação tem como corolário a perda da capacidade de contestação política ao sistema capitalista; com isto as reformas neoliberais e a ideologia da globalização vão se enraizando entre as classes trabalhadoras que por isso passam a se mover no interior das ideologias dominantes sem contudo “operarem” as suas contradições. Os sindicatos tornam-se incapazes de fazer frente ao avanço da barbárie do capital.

O quadro aqui esboçado a respeito dos desafios do trabalho frente à ideologia da globalização não pretende ser a imagem de uma realidade inexorável e sombria contra a qual nada é possível fazer. Ao contrário, a

crítica a esta ideologia é feita com o objetivo de favorecer a tomada de consciência da forma histórica particular assumida pela acumulação do capital e, sobretudo, de propiciar melhores condições para a organização dos trabalhadores contra a exclusão social.

Mencionar perdas e derrotas como a LDB e as medidas da reforma da formação profissional é desconfortável, mas aceitar o silenciamento destas derrotas é suprimir a história e a política. Afinal, relatar as derrotas é uma forma de lembrar que houve luta, embates e sujeitos em luta. Por isso não devemos aceitar o silenciamento nem mesmo das derrotas. Assim é possível reinterpretar o significado das conquistas dos educadores devotados à causa da educação pública como o Plano Nacional de Educação elaborado no Congresso Nacional de Educação (Coned) por educadores do campo e da cidade, das universidades e das pré-escolas, dos sindicatos, dos partidos e das entidades científicas, oferecendo à sociedade brasileira uma opção às políticas neoliberais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, S. **Les défis de la mondialisation**. France: L'Harmattan, 1996.
- ANDERSON, P. **O fim da história: de Hege I à Fukuyama**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- ARCHIBALD, G. **Les États-Unis et L'Unesco**. Paris: Publ. de la Sorbonne, 1993.
- ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BARRETO, R. G. Novas tecnologias na escola: uma revolução educacional? **Revista Presença Pedagógica**, nº 13, jan/fev. 1997, p. 38-45.
- BATISTA JR., P. N. A Ideologia da globalização. **Estudos Avançados - USP**, nº. 29, Jan-Abril, 1997.
- CARDOSO, F. H. Conseqüências da globalização. **Folha de São Paulo**, SP, 28 jan. 1996. p.8.
- CAUFIELD, C. **Masters of illusion: the world Bank and the poverty of nations**. NY: Henry Holt, 1996.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. SP: Xamã, 1996.

- DEZALAY, Y e GARTH, B. Le "Washington Consensus": contribution à une sociologie de l'hégémonie du néolibéralisme. *Actes de la recherche en science sociales*, 121/122, Mars, 1998.
- DI RUZZA, R.; DUHACOURT, P. Peut-on parler d'une crise du travail? In: BIDET, J.; TEXIER, J. *La crise du travail*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.
- DOSI, G. Technological paradigms and technological trajectories. *Research Policy*, 11 (1982), North-Holland Publis. Co, 1982.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *La dynamique du capital- un siècle d'économie américaine*. Paris: PUF, 1996.
- FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. SP: Cortez, 1995.
- GALBRAITH, J. K. Entrevista, *Folha de São Paulo*, 2/11/97, p.2:13.
- HOBSBAWN, E. *A era dos extremos*. SP: Companhia das Letras, 1995.
- HIRST, P. & THOMPSON, G. *Globalização em questão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- JONQUIÈRES, G. de. *Financial Times*, 24 de outubro de 1996.
- LEHER, R. Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para "alívio" da pobreza. *Tese de Doutorado*, USP, 1998.
- LIMOEIRO CARDOSO, M. *Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social*. SP, mimeo, 1997.
- RICHTA, R. et al. *Economia socialista e revolução tecnológica*. RJ: Paz e Terra, 1972.
- RIST, G. *Le développement: histoire d'une croyance occidentale*. Paris: Presses de Sciences Po, 1996.
- STEWART, T. A. *La nueva riqueza de las organizaciones: el capital intelectual*. Buenos Aires: Ed. Granica, 1998.
- WORLD BANK. *Priorities and strategies for education: a World Bank Review*. Wash.D.C.: BIRD/World Bank, 1995.
- WOLFENSOHN, J. *New directions and new partnerships*. Wash. World Bank, 1995.